

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera a redação do §3º do artigo 469 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência provisória de trabalhadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §3º do artigo 469 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 469 -

§ 3º *Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, por período nunca superior a 3 (três) anos, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 30% (trinta por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade.” (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

D62AC7EE42
D62AC7EE42

JUSTIFICAÇÃO

As decisões gerenciais de uma empresa podem levar seu capital humano a profundas mudanças na órbita pessoal. Caso bem evidente desta verdade se configura quando a empresa, atendendo aos seus interesses, decide transferir provisoriamente determinado empregado para que venha desempenhar suas funções em outras localidades.

A legislação atual prevê, para a hipótese, adicional de vinte e cinco por cento sobre o salário e não fixa um prazo máximo para a condição. A Jurisprudência, preenchendo o vazio legislativo, tem fixado a duração máxima em dois anos.

Vejamos decisão no sentido informado:

Processo: RR - 60400-47.2002.5.09.0094 **Data de Julgamento:** 12/05/2010, **Relator Ministro:** Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, **Data de Publicação:** DEJT 21/05/2010.

Ementa:

“TRANSFERÊNCIA. CARÁTER PROVISÓRIO. ADICIONAL DEVIDO. 1. Restou incontroverso nos autos que a transferência perdurou por apenas um ano, entre 1º/9/1998 e 31/8/1999, consoante o próprio recorrente admite em suas razões de revista. **2. Saliente-se que a jurisprudência desta Corte superior é iterativa no sentido de que somente o transcurso de lapso temporal superior a dois anos autoriza presumir o caráter definitivo da transferência.** 3. A decisão recorrida, portanto, revela conformidade com a jurisprudência uniforme desta Corte superior, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial n.º 113 da SBDI-I, porquanto caracterizada a natureza provisória da transferência. 4. Resulta imperativa, daí, a manutenção da decisão proferida pelo Tribunal Regional, que manteve a condenação do reclamado ao pagamento do adicional de transferência, ainda que por fundamento diverso do expendido no acórdão recorrido. Recurso de revista não conhecido.” (Grifos nossos).

Entendemos que a matéria carece de melhor delineamento. Em virtude da complexidade das mudanças e também dos objetivos perseguidos pelos empregadores na gestão do negócio, consideramos necessário fixar como limite temporal para a transferência

D62AC7EE42

D62AC7EE42

provisória o prazo de três anos. Também sugerimos a elevação do adicional de vinte e cinco para trinta por cento.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos Ilustres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado CARLOS BEZERRA